

As transições nos arranjos de vida e as trocas sociais entre idosos no Rio Grande do Sul¹

Marilia Patta Ramos*

Resumo

O artigo relata os resultados de uma pesquisa que identifica o papel das trocas não balanceadas nas transições nos arranjos de vida da população idosa de dez municípios no Rio Grande do Sul. Os dados são oriundos de duas pesquisas, as quais foram um conjunto de dados longitudinais, usados para estimar modelos de risco que medem os arranjos de vida características demográficas, estrutura da família e trocas sociais na primeira pesquisa (1995). Especificamente, foram usados modelos de risco para identificar transições dentro da família e mortalidade dos idosos entre os anos das duas pesquisas. Os resultados indicam que relações sociais com trocas não balanceadas são parte integral do processo de transição nos arranjos de vida.

Palavras-chave: Idoso. Família. Mortalidade. Relações familiares.

Introdução

Manter um arranjo de vida estável e independente na terceira idade tem sido alvo das preocupações dos gerontólogos não só no Brasil, mas principalmente nos Estados Unidos. Aquelas pesquisas enfatizam a renda, a saúde, a raça e a estrutura da família como importantes determinantes nos arranjos de vida dos idosos em países desenvolvidos. (MUTCHLER; BURR, 1991; SOLDO; WOLF; AGREE, 1990; SPITZE; LOGAN; ROBINSON, 1992).

Convém destacar aqui brevemente o que sejam arranjos de vida. Esses representam formas de se organizar em termos de corresidência, isto é, com quem se vive sob um mesmo teto e se mantém algum tipo de relação afetiva ou profissional: amizade, matrimônio, paternidade, cuidados de saúde (quando se vive com enfermeiros, por exemplo) e outros. (WILMOTH, 2000). Os tipos de arranjos de vida mais comuns entre

* PhD em Sociologia, professora e pesquisadora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço para correspondência: Rua Atílio Bilibio, n. 120, casa 107, POA - RS, CEP 91530.008. E-mail: ramosm68@yahoo.com.br

¹ Pesquisa financiada pela Universidade de Santa Cruz do Sul através do Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP).

↳ Recebido em agosto de 2009 – Avaliado em março de 2010.

↳ doi:10.5335/rbceh.2010.035

os idosos nos EUA são: morar sozinho ou com cônjuge somente. (WILMOTH, 1998). Uma pesquisa feita com idosos no Rio Grande do Sul, Brasil (CONSELHO..., 1995), revelou situação similar àquela vivenciada pelos idosos americanos. No caso dos idosos no Rio Grande do Sul, 20% vivem sozinhos; 24%, com o cônjuge; 15%, com o cônjuge e filhos; 12%, somente com os filhos; 29%, com os filhos, cônjuges e netos.

Apesar de a literatura americana já ter mostrado que as características familiares são relevantes em termos de oportunidade para mudanças nos arranjos de vida, sabemos pouco sobre esse aspecto entre os idosos brasileiros e menos ainda sobre como as trocas sociais podem influenciar mudanças naqueles arranjos. Em particular, pouco ou quase nada se sabe sobre o papel das trocas não balanceadas com filhos, cônjuges e outros parentes nas mudanças vivenciadas pelos idosos gaúchos quanto aos seus arranjos de vida, isto é, com quem eles predominantemente acabam vivendo na terceira idade. Conhecer essa realidade possibilitará orientações, em nível de políticas públicas, que visem atender os idosos e promover uma qualidade de vida condizente com a realidade, em termos dos arranjos de vida, vivenciada por eles.

O objetivo central da pesquisa foi identificar o efeito das trocas sociais não balanceadas nas transições nos arranjos de vida e na mortalidade de idosos na região Centro-Oriental do Rio Grande do Sul. Este objetivo foi atingido usando-se dados oriundos de duas pesquisas: uma feita em 1995, pelo Conselho Estadual do Idoso sobre o perfil do idoso no Rio

Grande do Sul; outra referente à tese de doutorado da autora deste artigo, que pesquisou em 2001 os mesmos idosos pesquisados em 1995.²

Especificamente, tivemos como metas do estudo a identificação do perfil dos arranjos de vida predominantes entre a população idosa da região Centro-Oriental do Rio Grande do Sul; a determinação de alguns dos principais aspectos que determinam a chance de vivenciar uma ou outra transição, em termos de arranjos de vida; a identificação do sentido e da dimensão da relação de causalidade entre as trocas sociais que os idosos travam com seus familiares e/ou amigos e os arranjos de vida nos quais eles estão envolvidos; a determinação de quais outros aspectos, junto com as trocas sociais, são causalmente determinantes dos diferentes arranjos de vida vivenciados na terceira idade.

Os determinantes dos arranjos de vida

Para a perspectiva da “pessoa-ambiente” (LAWTON, 1982), o processo de envelhecimento engloba vários eventos, tais como a aposentadoria, um decréscimo na renda, um declínio na saúde, a morte do cônjuge, um aumento nas pressões do ambiente (isto é, demandas físicas e sociais que encorajam mudança e adaptação). Alguns desses eventos, tais como a morte do cônjuge, causam imediata mudança nos arranjos de vida, ao passo que outros, como o declínio na saúde, forçam os idosos a reconsiderar se seus arranjos são apropriados ou não. Em todos os casos, as adaptações

permitem à pessoa idosa alterar seu ambiente social e físico de tal forma que o seu funcionamento seja melhorado. Essas adaptações tomam várias formas, incluindo a alteração da estrutura física do ambiente onde vivem, a alteração da composição do espaço doméstico da casa ou até mudanças para outros locais.

O conceito original de Lawton sobre a pressão do ambiente engloba ambos os aspectos, físico e social, do ambiente da pessoa. Dessa perspectiva, a pressão social nas mudanças dos arranjos de vida pode emergir da dependência que um idoso tenha de filhos, parentes ou amigos. Essa ideia, que está baseada na teoria das trocas, explica as trocas entre idosos e outros membros da sua rede de relações como uma função dos recursos individuais, bem como dos custos e dos benefícios proporcionados pelas trocas para cada participante. (BLAU, 1964; DOWD, 1975; HOMANS, 1961). As trocas sociais não balanceadas que beneficiam os idosos são potencialmente importantes para prever transições nos arranjos de vida porque medem a dimensão social da dependência dos idosos. Trocas sociais não balanceadas podem representar uma necessidade subjacente do indivíduo que está envelhecendo, a qual pode potencialmente ser respondida por ajustamentos nos arranjos de vida, ou pode ser o anúncio de um evento crítico, o qual, igualmente, pode alterar os arranjos de vida. Então, trocas sociais não balanceadas e o crescimento da dependência nos outros podem, ambos, aumentar o nível de pressão social, levando até a alterações nos arranjos de vida.

Da perspectiva da “pessoa-ambiente”, que é informada pela teoria das trocas, as transições nos arranjos de vida podem ser compreendidas como o resultado dos eventos do curso da vida que ocorrem no processo de envelhecimento. E mais, a influência desses eventos é mediada pelas características da pessoa idosa, incluindo a natureza das trocas sociais, dos recursos financeiros, da saúde e outras características demográficas. A discussão que segue revisará brevemente a relevância de cada um desses aspectos para as transições nos arranjos de vida.

As trocas sociais

Existe uma concordância de que as redes de trocas são ativadas nos momentos de necessidade, quando uma mudança na vida está iminente ou em processo. (CANTOR, 1980; EGGE BEEN; DAVEY, 1998; HOGAN; ENGE BEEN; CLOGG, 1993). Entretanto, existe pouca evidência direta de como o balanço nas trocas afeta os arranjos de vida dos idosos, porque poucos estudos diretamente usam o balanço da assistência que os idosos recebem e que dão. A maior parte das pesquisas prévias sobre arranjos de vida na terceira idade usa o conceito de suporte social e, como resultado, tende a se centrar na estrutura da família imediata do idoso, bem como no suporte recebido dos membros da rede social do idoso. Essas pesquisas prévias tendem a priorizar uma das duas perspectivas alternativas que consideram o papel que o suporte social exerce nas transições dos arranjos de vida. A primeira conceitua o

suporte social como uma forma de amortecer os efeitos negativos dos eventos comuns na velhice fornecendo assistência. Dessa perspectiva, o suporte social reduziria a probabilidade de transições nos arranjos de vida, principalmente a institucionalização. (AVERY et al., 1989; COHEN; WILLIS, 1985). A segunda perspectiva vê o suporte social como um facilitador da mudança, porque essas redes sociais promovem informação e oportunidade para as transições, especialmente transições dentro da própria comunidade onde o idoso vive. (SOLDO; WOLF; AGREE, 1990; SPITZE; LOGAN; ROBINSON, 1992).

Apesar de as pesquisas prévias proporcionarem *insights* sobre a influência do suporte social nos arranjos de vida, não consideram o balanço das trocas entre os idosos e os membros da rede social de suporte. Algumas sugerem que o nível do comprometimento pessoal para continuar em trocas não balanceadas decresce à medida que nos movemos para abaixo nessa hierarquia de suporte sociais. Por exemplo, relações com pessoas que não são parentes, as quais podem ser caracterizadas como relações de troca que são, frequentemente, limitadas em escopo e tendem a ter baixa tolerância para com trocas não balanceadas. (CLARCK; MILLS; POWELL, 1986). Amigos e vizinhos não são obrigados a trocar ou se espera que participem em longas não balanceadas trocas. Como resultado, essas redes sociais tendem a se basear em suportes sociais de curta duração. (GRIFFITH, 1985).

Esse tipo de suporte é frequentemente necessário durante certos eventos no

curso da vida, tais como a mudança dos filhos para longe da casa, o declínio da saúde do cônjuge, o declínio da saúde pessoal, os quais estão associados com transições nos arranjos de vida. Em complemento, trocas não balanceadas com amigos podem estar também associadas com transições nos arranjos de vida. Em contraste, a confiança para com redes de contato social com parentes tende a ocorrer quando os idosos necessitam de cuidados pessoais de longa duração. (BENGSTON; ROSENTHAL; BURTON, 1990). Apesar de essas necessidades poderem ocorrer antes das transições, as trocas não balanceadas que emergem dessas necessidades devem, particularmente, ser influentes na institucionalização, ou mesmo na morte dos idosos.

Em complemento, com base numa perspectiva centrada na pessoa-ambiente, os arranjos de vida estão relacionados à confiança e dependência do idoso para com membros específicos de seu círculo social. Convém destacar que não simplesmente a quantidade suporte social que o idoso recebe importa, mas, sim, em que grau este idoso é capaz de retribuir. Em geral, um idoso que recebe mais do que dá tem mais probabilidade de mudar seu arranjo de vida.

Os recursos financeiros e a saúde

Os recursos econômicos são reconhecidos pela maioria como facilitadores dos arranjos de vida independentes, porque propiciam a possibilidade de compra de certas condições de moradia e serviços, os quais, por sua vez, possibilitam a

independência. Pesquisas prévias têm mostrado que, considerando-se a falta de problemas funcionais de saúde e a disponibilidade dos filhos, mulheres idosas com recursos econômicos têm maior probabilidade de viverem sozinhas. (SOLDO; WOLF; AGREE, 1990). A falta de recursos econômicos aumenta as chances dos idosos de terem de viver com outras pessoas. (SCHWARTZ; DANZINGER; SMOKENSKY, 1984; WOROBAY; ANGEL, 1990b).

Com relação à saúde, é sabido que idosos com boa saúde, isto é, com poucas doenças crônicas, doenças sérias, limitações funcionais, baixa depressão, estão mais preparados para manter lares independentes; em contraste, os idosos que apresentam mais problemas de saúde possuem maior risco de corresidência ou institucionalização. (MUTCHLER; BURR, 1991; SPEARE; AVERY; LAWTON, 1991).

Características demográficas

Estudos transversais e longitudinais nos Estados Unidos têm demonstrado que a idade e o gênero estão significativamente relacionados com os arranjos de vida na fase do envelhecimento. A proporção da população nos EUA que vive com cônjuge declina com a idade, ao passo que a proporção que vive sozinha ou com filhos aumenta à medida que se envelhece. (SIEGEL, 1993).

A idade aumenta o risco de se experimentar transições nos arranjos de vida, particularmente transições relacionadas com a institucionalização e a morte. As mulheres possuem maior probabilidade

que os homens de viver sozinhas ou com os filhos. Essas diferenças de gênero relacionadas aos arranjos de vida se devem, primeiramente, às diferenças em mortalidade entre homens e mulheres. (SIEGEL, 1993). Especificamente, as mulheres têm maior probabilidade de enivuar e, como consequência, vem aumentado o risco de morarem sozinhas.

Procedimentos metodológicos

A análise usou dados de duas pesquisas feitas com idosos de sessenta anos ou mais realizadas na região Centro-Oriental do Rio Grande do Sul. Especificamente, foram utilizados dados referentes a 551 idosos entrevistados em 2001, residentes nos municípios de Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Candelária, Venâncio Aires, Cachoeira do Sul, Lajeado, Estrela, Encantado, Taquari e Teutônia. Os idosos foram recontados em uma amostra que já havia sido construída em 1995, numa pesquisa patrocinada pelo Conselho Estadual do Idoso no Rio Grande do Sul. A amostra de dez municípios foi selecionada ao acaso, de acordo com o tamanho da população e atividade econômica, de um total de 36 municípios que compõem a região Centro-Oriental do Rio Grande do Sul (IBGE). O número de setores censitários para cada município foi de 15% do total de setores de cada um. Entretanto, um mínimo de oito setores censitários foram selecionados para cada município para capturar a variabilidade de cada um, sendo, então, selecionados oito casos (domicílios) em cada setor. Uma pessoa com idade de sessenta anos ou mais foi entrevistada por domicílio.

Existe uma gama de dados, os quais foram obtidos por meio de um questionário fechado em 1995 e em 2001, relativos à estrutura das moradias, à estrutura da família e às trocas sociais. É relevante destacar que perguntas referentes às mudanças nos arranjos de vida em termos de corresidência e de estado civil foram aplicadas na pesquisa em 2001 para se captar as transições nos arranjos de vida entre os quatro anos que separam as duas pesquisas. As transições em termos de mudanças nos arranjos de vida englobaram as seguintes categorias: “vive sozinho, vive com filhos somente, vive com parentes, vive com cônjuge somente, vive com cônjuge e filhos, vive com enfermeiro ou empregado(a)”. As categorias referentes às transições quanto ao estado civil englobaram as seguintes trajetórias: “de casado para viúvo, de viúvo para casado, de viúvo para casado e viúvo novamente, de casado para separado (divorciado), de solteiro para casado”.

É importante enfatizar que não analisamos neste artigo as transições relacionadas com institucionalização.

Pelo fato de 551 sujeitos terem sido reentrevistados em 2001 (não toda a amostra de 1995), tivemos de considerar o problema do atrito na amostra, isto é, o aspecto das peculiaridades dos sujeitos que foram e os que não foram re-localizados. Os sujeitos reentrevistados, provavelmente, são aqueles com menos problemas de saúde e que, por isso, continuaram aptos a participar da pesquisa. Para resolver o problema do atrito na amostra foi adotado um procedimento de checagem desse possível viés, pelo uso de um termo de seleção, o qual não

demonstrou ser significativo, o que nos permite dizer que não tivemos problema de atrito na nossa amostra.

Foram analisados basicamente “modelos de risco” (técnica da regressão logística),³ isto é, modelos que apontam as chances de se vivenciar uma transição nos arranjos de vida em razão de algumas variáveis independentes, onde as trocas sociais constituem a principal variável independente do modelo. Os arranjos de vida trabalhados foram viver com cônjuge, viver sozinho, viver com cônjuge e filhos e viver com filhos. Os demais arranjos foram apresentados na análise descritiva, mas não foram incluídos nos modelos de risco por não serem expressivos na amostra pesquisada. Assim, as transições de arranjos baseiam-se em qualquer mudança nos arranjos citados acima, mais a mortalidade (isto é, ter vindo a falecer de uma pesquisa para a outra, entre 1995 e 2001).

O gênero, a idade, o nível educacional e a renda foram utilizados como variáveis de controle. O gênero foi usado como variável dicotômica, isto é, em que um significa uma categoria, no caso ser mulher e ser branco, e zero, as demais. O nível de educação vai desde analfabeto até segundo grau completo, com o primário completo sendo a categoria de referência. A renda foi medida em reais ganhos por mês *per capita*. A saúde foi medida pela depressão, pelo número de doenças sérias e crônicas e pelas limitações funcionais. Todas essas variáveis foram medidas em nível intervalar (não dicotômicas). A estrutura da família foi medida pelo número de filhos e pela frequência de contato com os filhos. A

variável “trocas não balanceadas” foi medida da seguinte forma: as trocas sociais incluem medidas de ajuda recebida de familiares, ajuda recebida de amigos, o tipo de ajuda recebida, ajuda dada a familiares e amigos, o tipo de ajuda dada; trabalho doméstico feito. No caso estudado priorizamos aqueles sujeitos que recebem mais do que dão; assim, no nosso modelo a variável dependente foi um variável dicotômica onde o valor um representa receber mais do que se dá e o valor zero, dar mais que receber e receber e dar em iguais proporções. Assim, priorizamos as trocas que beneficiam os idosos e a análise se centrou naqueles sujeitos que são beneficiados em contraste com os que não o são.

Em termos da análise feita, utilizamos modelos de risco através de equações logísticas longitudinais, isto é, a variável ter ou não vivenciado uma transição de 1995 para 2001 (variável dicotômica) é função das trocas não balanceadas, das demais variáveis de controle em 1995 e do arranjo de vida em 1995.

Resultados

O perfil dos arranjos de vida e suas mudanças através do tempo

No que se refere ao primeiro objetivo do estudo, observamos que com relação ao estado civil não ocorreram mudanças significativas entre os quatro anos que separaram as duas pesquisas. Especificamente, dentre os 551 idosos reentrevistados em 2001, a maioria (91,8%) não alterou seu estado civil; dos 45 idosos que alteraram seu estado civil, 48,8% enviuvaram, 40% eram viúvos e casaram novamente, 4,4% se divorciaram, 4,4% casaram, enviuvaram e casaram de novo e 2,2% eram divorciados e casaram novamente. Observamos na Tabela 1 um percentual alto dentre aqueles que mudaram o estado civil e acabaram casando novamente.

Tabela 1: Principais mudanças do estado civil entre 1995 e 2001.

Mudança	Frequência	Percentual
Enviuvaram	22	48,8
Eram viúvos e casaram	18	40,2
Se divorciaram	02	4,4
Casaram, enviuvaram e casaram	02	4,4
Eram divorciados e casaram	01	2,2
Total	45	100

Observamos que ocorreram algumas modificações significativas entre os anos de 1995 e 2001. O percentual daqueles que moravam sozinhos, moravam com netos e daqueles que moravam com cônjuges aumentou. Por sua vez, o

percentual daqueles que moravam com cônjuge e filho(s), daqueles que moravam somente com filho(s), daqueles que moravam com filho(s) e neto(s), daqueles que moravam com cônjuge, filho(s) e neto(s) ou com genros e noras diminuiu

(Tabela 2). Podemos interpretar tais resultados considerando que o fato de passar a morar sozinho se explica pela desvalorização que o idoso representa na nossa sociedade utilitarista, onde o processo de envelhecimento representa para muitos jovens incapacidade de contribuir na sociedade. Contudo, o fato de o percentual de idosos casados ter aumentado, significa que existe uma tendência

em buscar apoio social entre aqueles da mesma geração, especificamente com um companheiro ou companheira. Isso nos parece extremamente relevante para a organização de políticas sociais voltadas à população idosa, pois devemos pensar em propostas que viabilizem contatos e trocas intrageração, já que parece evidente a tendência à busca de apoio social com pessoas na mesma faixa etária.

Tabela 2: Percentuais para os diferentes arranjos de vida entre 1995 e 2001.

Arranjos de vida	1995	2001
Mora sozinho	18,5*	22,1
Mora com cônjuge	24,0*	28,3
Mora com cônjuge e filho(s)	15,4*	12,0
Mora com filho(s)	12,3*	11,0
Mora com filho(s) e neto(s)	13,0	12,3
Mora com cônjuge e filho(s) e neto(s)	5,4*	4,2
Mora com genros e/ou noras	0,3	0,0
Mora com neto(s)	2,4	2,3
Mora com outros parentes	4,6	3,6
Mora com outras pessoas	4,13	4,0
Total	100	100

Diferença significativa ao nível $p < .05$.

Determinantes das mudanças nos arranjos de vida

No que se refere aos demais objetivos da pesquisa, modelos logísticos estimaram as transições nos arranjos de vida predominantes na amostra estudada.

O efeito negativo da idade, encontrado nos modelos, indica-nos que, assim que o indivíduo envelhece, o risco de sofrer uma transição no seu arranjo de vida decresce. Aqueles indivíduos que vivem com cônjuge somente e com cônjuge e filhos estão significativamente

mais propensos a vivenciar uma transição que os que vivem sozinhos. O risco crescente entre aqueles que vivem com o cônjuge está relacionado com a morte do cônjuge. Então, não nos surpreende que o risco de vivenciar uma transição seja mais alto para mulheres, as quais são mais propensas a ficar viúvas. Com relação às características dos filhos, o número de filhos e o contato frequente com estes (semanal) aumentam o risco de uma mudança nos arranjos de vida.

Apesar de a variável “trocas não balanceadas” ser significativa no mode-

lo completo, quando controlamos pelas características dos filhos torna-se insignificante. Isso indica que os indivíduos envolvidos em trocas não balanceadas com filhos são os com mais filhos e que interagem semanalmente com eles. É essa característica que aumenta o risco de vivenciar uma mudança nos arranjos de vida, não necessariamente as trocas não balanceadas.

É interessante perceber que aqueles indivíduos envolvidos em trocas não balanceadas com amigos estão mais propensos a vivenciar mudanças nos arranjos de vida. Essa variável pode ser significativa porque as características das redes de amizade (exemplo: tamanho, frequência de contato e nível de intimidade) não foram controladas em função de limitações com os dados. Então, a variável trocas com amigos pode estar capturando esses efeitos que não foram medidos.

A variável “trocas não balanceadas com amigos” foi marginalmente significativa no nosso primeiro modelo, o qual inclui como controles os arranjos de vida em 1995, características demográficas e variáveis sobre saúde. O coeficiente das trocas não balanceadas com amigos aumenta levemente no modelo em que controlamos por características dos filhos. Um exame da correlação entre essas variáveis indica que indivíduos que têm mais filhos ou estão em contato regular com estes estão menos propensos a receber assistência de amigos. Esse resultado é consistente com os de outros estudos que versam sobre a hierarquia dos suportes sociais. (LITWAK, 1985).

Análises adicionais indicam que a dimensão emocional da assistência vinha de amigos, ao invés da assistência instrumental, está relacionada com um aumento na probabilidade de vivenciar uma mudança nos arranjos de vida. Isso nos sugere que os indivíduos já estão envolvidos em relacionamentos com amigos, nos quais predominam trocas emocionais não balanceadas antes mesmo da morte de um cônjuge ou da saída de casa por parte de um filho.

Determinantes de transição para a morte (risco de mortalidade)

O risco de morrer não varia em 1995 quando o associamos com arranjos de vida, isto é, os indivíduos que vivem com cônjuge, com filhos ou com cônjuge e filhos apresentam a mesma probabilidade de morrer que os que vivem sozinhos. Como já esperado, indivíduos com limitações de saúde estão sob grande risco de morrer. Em complemento, as mulheres estão sob menor risco de morrer que os homens.

Existe evidência de que relacionamentos que envolvem trocas não balanceadas precedem transições para a morte. Duas das três variáveis de trocas não balanceadas são significativas no nosso primeiro modelo, o qual controla somente por arranjos de vida em 1995 e por características demográficas. Entretanto, o coeficiente para a variável troca com filhos decresce substancialmente, quando controlamos por características de saúde no nosso segundo modelo, mas é somente marginalmente significativo, quando controlamos pela saúde e pelas características dos filhos.

Em complemento, trocas não balanceadas com filhos antes da transição para a morte podem ser parcialmente atribuídas ao *status* da saúde e à disponibilidade dos filhos. Esses modelos sugerem que relacionamentos que envolvem trocas não balanceadas são parte central no processo de transição para a morte.

Conclusões

Outras pesquisas sistematicamente indicam que o processo de envelhecimento está relacionado com mudanças que afetam as transições nos arranjos de vida. Como sugerido por outros autores que trabalham na perspectiva da pessoa-ambiente (FERRARO; FARMER, 1995; LAWTON, 1982), a análise aqui apresentada demonstra que as transições nos arranjos de vida são o resultado de eventos no curso da vida que ocorrem durante o envelhecimento, no qual a influência é mediada por características da pessoa idosa e suas trocas sociais. As transições nos arranjos de vida podem ser pensadas como um processo de risco que muda à medida que a pessoa envelhece.

O uso da idade como uma escala do tempo nos permite analisar modelos para identificar a forma funcional desse risco. Por exemplo, os modelos de risco para as transições, diferentes da transição para a morte, indicam que o risco de vivenciar uma transição decresce com a idade, ao passo que o risco de morte cresce com a idade.

Esses resultados nos fornecem uma informação pertinente para idosos que estão planejando sua vida futura, para

pessoas responsáveis pela assistência aos idosos e para responsáveis pelas políticas públicas que se interessam em compreender as dinâmicas das transições nos arranjos de vida na fase da terceira idade. O próximo passo é identificar o grau em que o risco de transição relacionado com a idade é diferente do risco de transição relacionado com o período de tempo em que o indivíduo se encontra no atual arranjo.

Os modelos também fornecem informação com relação aos processos de transição, que variam com outras características individuais, tais como arranjos de vida no ano base (1995), saúde e trocas sociais.

Os idosos que vivem com cônjuge ou com cônjuge e filhos são mais propensos (isto é, estão sob maior risco) a vivenciarem uma transição, que não a transição para a morte, que os que vivem sozinhos. Esse resultado pode ser parcialmente atribuído à oportunidade crescente para a mudança causada pelo grande número de atores em potencial que podem iniciar mudanças na residência. Os resultados para a transição para morte a partir de um arranjo de vida são similares aos encontrados por Rogers (1996) nos EUA, os quais indicam que não existe diferença em termos de mortalidade entre indivíduos casados que vivem com cônjuge ou com cônjuge e filhos. Semelhantemente às pesquisas prévias, fatores de saúde estão fortemente relacionados com a transição para a morte. (AVERY et al., 1989; SPEARE et al., 1991; WOLINSKY et al., 1992).

A grande contribuição desta pesquisa é o *insight* fornecido no que se refere ao papel das trocas sociais nas transições

nos arranjos de vida. Receber assistência dos filhos e dos parentes está positivamente relacionado com as transições para a morte; por sua vez, receber ajuda de amigos está positivamente relacionado com as demais transições. Como esperado, esses resultados nos fornecem uma evidência adicional de que partes específicas das redes de suporte social são ativadas sob diferentes circunstâncias. (LITWARK, 1985). Os membros da família, particularmente os filhos, estão frequentemente obrigados a prover assistência em termos de necessidades pessoais de longa duração, as quais estão associadas com transição para a morte. Por outro lado, as mudanças nos demais arranjos de vida evocam assistência de amigos, a qual é preferida quando existe a necessidade mais imediata do suporte emocional.

O mais importante é que esses resultados revelam o caráter do contexto social no qual as mudanças nos arranjos de vida acontecem. Ao invés de se pensar nas redes de suporte social como entrave ou como facilitadoras das mudanças, os resultados desta pesquisa enfatizam o papel essencial que as trocas não balanceadas exercem na conformação de um cenário onde as mudanças podem ocorrer. Os modelos apresentados não sugerem que todas as mudanças nos arranjos de vida na fase da velhice sejam devidas às necessidades não alcançadas, ou que trocas não balanceadas diretamente causem mudanças nos arranjos de vida por meio de pressão social. Ao contrário, as análises sugerem que relações que envolvem trocas não balanceadas são parte integral do processo de mudança.

É mais provável que as necessidades do indivíduo idoso, ao invés da assistência que está disponível para atender àquelas necessidades, sejam o impulso para as transições nos arranjos de vida. Sabemos que os sistemas de suporte são ativados sempre que eventos críticos no curso da vida são iminentes ou estão em processo. (CANTOR, 1980; EGGE BEEN; DAVEY, 1998; HOGAN; ENGE BEEN; CLOGG, 1993). Portanto, não é inconsistente encontrar que trocas não balanceadas sejam um preditor significativo para as transições nos arranjos de vida, porque as transições estão frequentemente ligadas aos eventos da vida, tais como a morte de um cônjuge ou declínio na saúde.

Dada a maneira como as trocas não balanceadas são medidas nessa análise, as medidas da troca poderiam ser significativas, porque as pessoas que recebem mais assistência estão mais propensas a mudar seus arranjos de vida. Em outras palavras, pode não ser o balanço das trocas que seja importante, mas a quantidade absoluta da assistência recebida. Para testar essa hipótese uma análise adicional foi feita, a qual testou os efeitos separados das trocas recebidas e dadas. Aquela análise indicou que a assistência recebida está positivamente relacionada com as transições nos arranjos de vida, ao passo que a assistência dada está negativamente relacionada com as transições. Logo, não é simplesmente a assistência recebida que afeta o risco de uma mudança nos arranjos de vida. Ambas, assistência dada e recebida (isto é, o balanço nas trocas), são importantes. Do ponto de vista das políticas públicas, es-

ses resultados enfatizam a importância de se valorizar o papel social dos idosos, possibilitando que participem de trocas balanceadas e possam retribuir suportes recebidos, em complemento ao provimento de suporte formal para necessidades não atendidas.

Por fim, importa destacar que esta pesquisa levanta importantes questões que poderão ser respondidas em pesquisas futuras. Por exemplo, as trocas não balanceadas com membros do domicílio têm um impacto maior nas transições nos arranjos de vida que os desbalanços ocorridos com suportes informais de fora do domicílio? Ou trocas não balanceadas no âmbito da ajuda funcional (com atividades da vida diária) aumentam o risco de uma mudança nos arranjos de vida mais que as trocas de ajuda emocional não balanceadas? Ou como as mudanças no balanço das trocas através do tempo afetam o risco das transições? Ou como padrões passados de troca e normas de reciprocidade afetam a pressão social pela mudança?

Consideramos que a continuação da pesquisa nesta área, a qual enfatiza essas questões, revele o contexto social em que as transições nos arranjos de vida ocorrem. Acreditamos que esse conhecimento possa nos ajudar a nos preparar para as mudanças demográficas que vão afetar o nosso contexto social do envelhecimento no Terceiro Mundo e, talvez, no mundo todo.

Living arrangements transitions and social exchanges among older adults in southern Brazil

Abstract

The article refers to a research which clarifies the role of unbalanced social exchanges in older adults' living arrangements transitions. Data from two surveys applied in 10 counties of Rio Grande do Sul formed a longitudinal data set. Those data are used to estimate specific hazard models that include measures of baseline living arrangements, demographic characteristics, family structure, and social exchanges. Specifically we used hazard models to identify transitions within the family and transitions to death (mortality). The results indicate that unbalanced exchange relationships are an integral part of the living arrangements transition process in later life.

Key words: Elderly. Family. Mortality. Family relations.

Notas

² Convém ressaltar que, mesmo tendo sido feita há quase uma década, a pesquisa não deixa de ser válida, já que no Brasil sempre temos de lidar com defasagem de dados, tal como acontece com os dados censitários do IBGE, os quais estão disponíveis somente a cada decênio. Além disso, a coleta de dados primários com amostras estatisticamente representativas (quase sempre muito numerosas) é algo que envolve altos custos; por isso, não pode ser repetida com frequência.

³ Neste tipo de modelo (logit) os resultados são apresentados na forma de razão de chance ou apenas podemos falar em chance. Assim, quando o coeficiente da razão de chance ($\exp b$) é maior que 1 significa que o grupo em questão tem chance de morar sozinho, por exemplo OR-1 vezes maior que o grupo de referência (no nosso caso todos os outros tipos de arranjos domiciliares). E quando a razão de chance é menor que 1, significa que o grupo em questão tem probabilidade 1-OR vezes menor que o grupo de referência.

Referências

- AVERY, et al. Social support, disability, and independent living of elderly persons in the United States. *Journal of Aging Studies*, EUA, v. 3, n. 4, p. 279-293, 1989.
- BLAU, P. M. *Exchange and power in social life*. NY: Wiley, 1964.
- BENGTSON, V.; ROSENTHAL, C.; BURTON, L. Families and aging: diversity and Heterogeneity. In: BINSTOCK, R.; GEORGE, L. (Ed.). *Handbook on aging and the social sciences*. 3rd ed. San Diego: Academic Press, 1990.
- CANTOR, M. H. The informal support system: its relevance in the lives of elderly. In: BORGATTA, E. F.; McCLUSKEY, N. C (Ed.). *Aging and society: current research and policy perspectives*. Beverly Hills, CA: Sage, 1980.
- COHEN, S.; WILLIS, T. Stress, social support, and the buffering hypothesis. *Psychological Bulletin*, v. 98, n. 2, p. 310-357, Sep. 1985.
- CLARCK, M. S.; MILLS, J.; POWELL, M. C. Keeping track of needs in communal and exchange relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 51, s. n, p. 333-338, 1986.
- CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO. *Os idosos do Rio Grande do Sul: estudo multidimensional de suas condições de vida: relatório de pesquisa*. Porto Alegre: CEI, 1997.
- DOWD, J. Aging as exchange: a preface to theory. *Journal of Gerontology*, v. 30, n. 5, p. 584-594, 1975.
- EGGEBEEN, D. J.; DAVEY, A. Do safety nets work? The role of anticipated help in times of need. *Journal of Marriage and the Family*, v. 60, s. n, p. 939-950, Nov. 1998.
- FERRARO, K.; FARMER, M. Social compensation in adulthood and later life. In: DIXON, R. A.; BACKMAN, L. (Ed.). *Compensating for psychological deficits and declines*. Mahwah, NJ: Erlbaum, 1995. p. 127-145.
- GRIFFITH, J. Social support providers: Who are they? Where are they met and the relationship of network characteristics to psychological distress. *Basic and Applied Social Psychology*, v. 6, n. 1, p. 41-60, 1985.
- HOMANS, G. C. *Social behavior: its elementary forms*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1961.
- HOGAN, D. P.; ENGEBEEN, D. J. E.; CLOGG, C. C. The structure of intergenerational exchanges in American Families. *American Journal of Sociology*, v. 98, n. 6, p. 1428-1458, May 1993.
- LAWTON, M. P. Competence, environmental press and the adaptation of older people. In: LAWTON, M. Powell; WINDLEY, P. G.; BYERTS, T. O. (Ed.). *Aging and the environment: theoretical approaches*. New York: Springer, 1982. p 33-59.
- MUTCHLER, J.; BURR, J. A longitudinal analysis of household and nonhousehold living arrangements in later life. *Demography*, v. 28, n. 3, p. 375-390, Aug. 1991.
- SOLDO, B.; WOLF, D.; AGREE, E. Family, households, and care arrangements of frail older women: a structural analysis. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, v. 45, n. 6, p. 238-296, 1990.
- SPITZE, G.; LOGAN, J.; ROBINSON, J. Family structure and changes in living arrangements among elderly nonmarried parents. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, v. 47, n. 6, p. 289-296, 1992.
- SCHWARTZ, S.; DANZIGER, S.; SMOKENSKY, G. The choice of living arrangements by the elderly. In: AARON, H.; BURTLESS, G. (Ed.). *Retirement and economic behavior*. Washington, DC: The Books Institute, 1984. p. 229-253.
- WOROBAY, J.; ANGEL, R. Functional capacity and living arrangements of unmarried elderly persons. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, v. 45, n. 3, p. 95-101, 1990.
- WILMOTH, J. Living arrangement transitions among America's older adults. *The Gerontologist*, v. 38, n. 4, p. 434-444, 1998.